

~~presente ação que tem como objetivo a instituição de servidão administrativa sobre terreno de propriedade dos réus, registrado perante o 2º Cartório de Registro Geral de Imóveis, dessa cidade e comarea sob a matrícula nº 3.887, Livro 02-RG, fls. 4.025, cuja descrição segue abaixo: Uma área rural denominada Fazenda Santa Cruz, Distrito de Alvorada, Município de Carangola/MG, cuja faixa declarada de utilidade pública pelo Estado de Minas Gerais é de perímetro de 934,55m, que engloba área de 15.367,11m². Vem pelo presente INTIMAR para que terceiros interessados tomem ciência da presente ação de instituição de servidão administrativa. Carangola, Estado de Minas Gerais, data da assinatura eletrônica.~~

~~CARATINGA~~

~~Processos Eletrônicos (PJe)~~

~~COMARCA DE CARATINGA 2ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS
Saibam todos quantos o presente edital de citação virem que perante a 2ª Vara Cível desta Comarca, tramita o processo nº 5015179-61.2025.8.13.0134, de EXECUÇÃO FISCAL ajuizada pelo MUNICÍPIO DE CARATINGA e, por este meio, CITA a parte executada I.F. PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.033.656/0001-80, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, para todos os termos e atos da ação mencionada, movida contra esta, para pagar em cinco (05) dias, a importância de R\$ 16.689,46 (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos), que será corrigida monetariamente na data do recolhimento, e demais cominações legais, sendo certo que no caso do pagamento no prazo legal ou não oferecimento de embargos, ficam fixados os honorários advocatícios em 10% do quantum devido, ou no mesmo prazo, nomear bens a penhora, sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado tantos quantos bastarem para a garantia da dívida e acessórios, ocasião em que disporá do prazo de trinta (30) dias para oposição de embargos, contados, conforme o caso (art. 16 da nº 6.830/1980), na forma do art. 231, do CPC, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pela credora. Fica advertido que, caso haja revelia, será nomeado curador especial. A sede do Juízo situa-se à Rua Luiz Antônio Bastos Cortes, nº 16, Bairro Santa Zita, CEP 35300-274, Caratinga/MG. Para conhecimento de todos os interessados, publica-se na forma da Lei. Caratinga, 11 de maio de 2026. Escrivã Judicial, Valquíria Giselle Silva Moraes Miranda, Juiz de Direito, Alexandre Ferreira. Procuradores do Município: Luciene Silva Cirilo, OAB/MG 135.300, Luidy Vieira Fraga, OAB/MG 141.536, Célia Cristina da Costa Martins, OAB/MG 107.469, Priscilla Silva Soares, OAB/MG 75.636 e Samuel A. C. Franco, OAB/MG 91.998.~~

~~PODER JUDICIÁRIO~~

~~ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE JURISDICCIONAL ÚNICA DA
COMARCA DE CARATINGA~~

~~Rua Luiz Antônio Bastos Cortes, nº. 16, Bairro Dos Rodoviários, Caratinga/MG
CEP: 35300-274, Tel.: (33) 3322-6450, e-mail: cgajesp@tjmg.jus.br~~

~~EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO~~

~~Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, os bens penhorados, na seguinte forma:~~

~~PRIMEIRO LEILÃO: dia 10/07/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 10/07/2026, com~~

~~encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015), exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA.~~

~~No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.~~

~~LOCAL: Através do site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br.~~

~~PROCESSO: Autos nº 5018699-63.2024.8.13.0134 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é Exequente THALISSON DIAS CLEMENTE (CPF: 701.392.416-47) e Executadas GISLENE CUSTODIO SOARES (CPF: 089.514.146-98), GISLENE CUSTODIO SOARES (CNPJ: 36.977.415/0001-67).~~

~~DESCRIÇÃO DOS BENS:~~

~~01) Veículo Fiat/Fiorino 1.4 Flex, placa PUR9J45, ano/modelo 2014/2015, cor branca, carroceria furgão, a álcool/gasolina, Renavam 01018650153, Chassi 9BD265122F9021632.~~

~~(RE)AVALIAÇÃO: R\$ 51.570,00 (cinquenta e um mil, quinhentos e setenta reais), em 18 de junho de 2025.~~

~~LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 25.785,00 (vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais).~~

~~02) Veículo FORD/FOCUS TI AT 2.0 SC, placa GDD4F16, ano/modelo 2017/2018, cor preta, a álcool/gasolina, Renavam 01129865107, Chassi 8AFSZZFFCJJ027356.~~

~~(RE)AVALIAÇÃO: R\$ 71.377,00 (setenta e um mil, trezentos e setenta e sete reais), em 22 de agosto de 2025.~~

~~LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 35.688,50 (trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).~~

~~(RE)AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 122.947,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais).~~

~~LANCE MÍNIMO TOTAL NO 2º LEILÃO: R\$ 61.473,50 (sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).~~

~~*No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão.~~

~~VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 14.193,12 (catorze mil, cento e noventa e três reais e doze centavos), em 17 de fevereiro de 2025.~~

~~LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Córrego dos Mendes, Distrito de Santa Efigênia, Caratinga/MG.~~

~~ÔNUS: 01) Alienação Fiduciária em favor de~~

~~Cooperativa de Crédito Credcooper Ltda. - Sicoob Credcooper; Restrição de Transferência nos autos nº 5016816-81.2024.8.13.0134, da 2ª Vara Cível de Caratinga/MG; Restrição de Transferência nos autos nº 5018696-11.2024.8.13.0134, da Unidade Jurisdiccional Única da Comarca de Caratinga/MG; Débitos perante o Detran/MG, referente ao IPVA e Licenciamento, exercício 2026, no valor de R\$ 1.526,69, e Autuação no valor de R\$ 195,23, consulta realizada em 28/04/2026. Outros eventuais constantes no Detran/MG.; 02) Reserva de Alienação em favor de Restrição de em favor de~~

~~Cooperativa de Crédito Credcooper Ltda. - Sicoob Credcooper; Autuação por débito de IPVA; Restrição de Circulação nos autos nº 5002237-94.2025.8.13.0134, da 2ª Vara Cível de Caratinga/MG; Restrição de Transferência nos autos nº 5016816-81.2024.8.13.0134, da 2ª Vara Cível de~~

~~Caratinga/MG; Restrição de Transferência nos autos nº 5018696-11.2024.8.13.0134, da Unidade Jurisdiccional Única de Caratinga/MG; Débitos perante o Detran/MG, referente ao IPVA e Licenciamento, exercícios 2025 e 2026, no valor de R\$ 6.787,64, consulta realizada em 28/04/2026. Outros eventuais constantes no Detran/MG.~~

~~O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do veículo, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o Detran para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro. Ficam cientes os licitantes que, se tratar de leilão de veículos apreendidos, devido a irregularidades, estão sujeitos à alterações no estado original em razão de sinistros, adulterações e outras alterações não detectadas no momento da perícia.~~

~~BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloadado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).~~

~~Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro Oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.~~

~~Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência dos bens arrematados, divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.~~

~~HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).~~

~~MEACÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na~~

arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo MM. Juízo Comitante.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. O **TERCEIRO** que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.

LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, **ALESSANDRO DE ASSIS TEIXEIRA, JUCEMG** sob n.º 992/2015, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, assim como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do Leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou

quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contactados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, de imediato, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

ARREMATACÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I - O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses;

II - As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

III - Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais;

IV - A garantia será prestada por meio de caução idônea, a qual ficará condicionada à prévia análise, aceitação e homologação pelo juízo competente. Na hipótese de não apresentação de caução considerada idônea, ou caso esta não seja aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e a imissão na posse do bem somente ocorrerão após a comprovação do pagamento integral dos valores da arrematação. Consideram-se exemplos de caução idônea: a) Seguro garantia e Fiança bancária, valor suficiente para segurar o saldo devedor da arrematação; e b) Imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a três vezes o valor da arrematação.

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vindicadas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Sobre direito de preferência - lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do e-mail contato@alessandroteixeiraleiloes.com.br.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no site do Leiloeiro www.alessandroteixeiraleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão **PUBLICJUD**, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

ARREMATACÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

OBSERVAÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o

qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimadas as Executadas GISLENE CUSTODIO SOARES, e seu cônjuge se casada for, e GISLENE CUSTODIO SOARES, na pessoa de seu representante legal, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação dos bens, poderão remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Ficam caracterizados de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015).

E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca.

Caratinga/MG, 11 maio de 2026.

MAX WILD DE SOUZA

Juiz de Direito

~~SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL - COMARCA DE CARATINGA - PRAZO DE 10 (dez) DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - SAIBAM todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria, tramita sob o número de ordem 5013113-11.2025.8.13.0134 os autos da ação de INTERDIÇÃO DE STACY KETLLY APARECIDA BARBOSA - CPF: 093.225.506-00 - portador da carteira de ID MG-17-910.715, SSP/MG, sendo nomeado(a) curador(a) Sra. JANE DE LOURDES FERREIRA BARBOSA, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob n.º 016.089.356-98, portadora da cédula de Identidade n.º MG-15.079.244, SSP/MG, nascida em 11/02/1981, filha de Naerte Luiz Ferreira e de Joaquina Laureana Ferreira, residente e domiciliada Córrego dos Bias, Zona Rural de Caratinga-MG, CEP : 35300-000, conforme sentença que declarou o interdito relativamente incapaz para exercer, pessoalmente, os atos da vida civil, na forma do artigo 755 §3º, do Código Civil. E, para que ninguém possa e queira alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado na forma da lei. Adv. OAB/MG 105218. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caratinga-MG. Publicado em 11 de Maio de 2026.1º edital. Juiz de Direito: José Antônio de Oliveira Cordeiro.~~

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

UNIDADE JURISDICCIONAL ÚNICA DA COMARCA DE CARATINGA

Rua Luiz Antônio Bastos Cortes, nº 16, Bairro Dos Rodoviários, Caratinga/MG

CEP: 35300-274, Tel.: (33) 3322-6450, e-mail: egajesp@tjmg.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

~~Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, os bem penhorado, na seguinte forma:~~

~~PRIMEIRO LEILÃO: dia 10/07/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 10/07/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015), exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA.~~

~~No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.~~

~~LOCAL: Através do site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br.~~

~~PROCESSO: Autos nº 5006971-98.2019.8.13.0134 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é Exequente ELO HIGIENZA LTDA - EPP (CNPJ: 03.077.709/0001-83) e Executado JOSÉ PAULO BENEDITO SIQUEIRA (CPF: 834.428.046-04).~~

~~DESCRIÇÃO DO BEM: Fração de 1/8 (um oitavo) do Imóvel rural denominado Sítio Santa Cruz, Córrego dos Ferreiras ou Córrego Santa Cruz ou Córrego da Serra, Distrito de Santa Bárbara do Leste, Comarca de Caratinga/MG, com 07.22.49ha (sete hectares, vinte e dois ares e quarenta e nove centiares) de terras legítimas, confrontando com Agostinho Ferreira Martins, Delfino Ferreira Martins, Rita Miquelina de Castro, Antônia Júlia Ferreira, Alfredo Elias Gonçalves e com Benedita Ferreira Martins. Localização do bem: Córrego dos Ferreiras ou Córrego Santa Cruz ou Córrego da Serra, distrito de Santa Bárbara do Leste. Matrícula nº 28.021 do Cartório de Registro de Imóveis de Caratinga/MG.~~

~~(RE)AVALIAÇÃO DA FRAÇÃO: R\$ 108.373,50 (cento e oito mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos), em 11 de março de 2026.~~

~~LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 54.186,75 (cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos).~~

~~*No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão.~~

~~VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 10.564,69 (dez mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), em 26 de setembro de 2022.~~

~~LOCALIZAÇÃO DO BEM: Córrego dos Ferreiras ou Córrego Santa Cruz ou Córrego da Serra, Distrito de Santa Bárbara do Leste, Comarca de Caratinga/MG.~~

~~DEPOSITÁRIO: EDNILSON SOARES, Rua Herbert, 135, Rodoviários, Caratinga/MG.~~

~~ÔNUS: Eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.~~

~~O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o~~

~~processo, para que oficie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro.~~

~~BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloadado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CFN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).~~

~~Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo Juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro Oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.~~

~~Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência do bem arrematado, divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.~~

~~HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).~~

~~MEACÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.~~

~~IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo MM. Juízo Comitante.~~

~~DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.~~

~~Assim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e~~